

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Quotistas,

Em atendimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao semestre findo em 30 de junho de 1999.

São Paulo, 21 de julho de 1999

A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 31 DEZEMBRO DE 1998				DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 31 DE DEZEMBRO DE 1998			
(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)			
ATIVO		30/06/99	31/12/98	PASSIVO		30/06/99	31/12/98
<b>CIRCULANTE</b>		7.634	16.022	<b>CIRCULANTE</b>		14.445	13.691
Disponibilidades		3.480	3.061	Fundo de reserva a liquidar		10.522	9.016
Títulos e valores mobiliários		-	9.537	Fiscais e previdenciárias		508	486
Impostos a recuperar		4.016	3.399	Contas a pagar		3.415	4.189
Outros créditos		138	25	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		524	524
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		11.268	6.044	Provisões para contingências		524	524
Depósitos judiciais		464	479	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		5.069	9.437
Impostos a recuperar		5.929	5.565	Capital social		5.150	5.150
Imóveis destinados à venda		4.875	-	Reserva de lucro		-	272
<b>PERMANENTE</b>		1.136	1.586	Lucros (prejuízos) acumulados		(81)	4.015
Imobilizado		464	546	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		20.038	23.652
Diferido		672	1.040				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		20.038	23.652				

  

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 31 DE DEZEMBRO DE 1998				DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 31 DE DEZEMBRO DE 1998			
(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)			
	30/06/99	31/12/98		Capital Social	Reserva de Lucro	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>			<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 1998</b>	5.150	180	2.265	7.595
Prestação de serviços	769	2.205	Transferência	-	92	(92)	-
Impostos incidentes	(68)	(169)	Lucro do período	-	-	1.842	1.842
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	701	2.036	<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998</b>	5.150	272	4.015	9.437
<b>DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS</b>			Transferência	-	(272)	272	-
Gerais e administrativas	(4.922)	(5.485)	Prejuízo do período	-	-	(4.368)	(4.368)
Depreciações e amortizações	(450)	(470)	<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999</b>	5.150	-	(81)	5.069
Financeiras, líquidas	527	5.456					
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	(4.144)	1.537					
Resultado não operacional	(224)	(881)					
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	(4.368)	656					
Provisão para imposto de renda	-	(708)					
Contribuição social	-	1.894					
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO</b>	(4.368)	1.842					

  

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 31 DE DEZEMBRO DE 1998				DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 31 DE DEZEMBRO DE 1998			
(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)			
ATIVO		30/06/99	31/12/98	PASSIVO		30/06/99	31/12/98
<b>CIRCULANTE</b>		6.570	8.103	<b>CIRCULANTE</b>		2.094	2.738
Disponibilidades		18	38	Recursos a devolver a consorciados desistentes		2.094	2.738
Títulos e valores mobiliários		3.846	6.035	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		4.476	5.365
Outros créditos		2.706	2.030	Recursos coletados		33.716	59.343
Contribuições a receber em atraso		2.706	2.030	Recursos utilizados		(31.946)	(56.008)
<b>COMPENSAÇÃO</b>		22.557	18.726	Outros		2.706	2.030
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		3.691	2.898	<b>COMPENSAÇÃO</b>		22.557	18.726
Contribuições devidas ao grupo		10.265	9.938	Recursos mensais a receber de consorciados		3.691	2.898
Consorticiados - bens a contemplar		7.000	4.047	Obrigações do grupo por contribuições		10.265	9.938
Contemplações pendentes de entregas		1.543	1.751	Obrigações por futuras contemplações		7.000	4.047
Bens a entregar a consorciados - 10.807 (31/12/98 - 8.919) unidades		11	9	Créditos à disposição de consorciados		1.543	1.751
Bens entregues a consorciados - 41.305 (31/12/98 - 71.385) unidades		41	71	Obrigações por entrega de bens - 10.807 (31/12/98 - 8.919) unidades		11	9
Assembleias a realizar - 5.788 (31/12/98 - 12.050) unidades		6	12	Entrega de bens a consorciados - 41.305 (31/12/98 - 71.385) unidades		41	71
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		29.127	26.829	Assembleias a realizar - 5.788 (31/12/98 - 12.050) unidades		6	12
				<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		29.127	26.829

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 31 DE DEZEMBRO DE 1998 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade foi constituída em 20 de agosto de 1980 e opera sob autorização do Banco Central do Brasil - BACEN. As operações consistem na administração de grupos de consórcio, formados para reunir recursos para aquisição de equipamentos eletroeletrônicos e eletrodomésticos, quando há excedente dos recursos recebidos, ele é aplicado no mercado financeiro em nome dos grupos.

A Administração da Sociedade vem implementando um conjunto de ações de ordem operacional, com foco na redução de custos e melhor aproveitamento da força de vendas, objetivando a retomada da lucratividade.

Entre outras ações destaca-se a implantação do sistema de administração de Consórcios denominado "SIACON 2.000", que objetiva a redução de custos com informática, bem como a redução dos riscos inerentes à passagem do milênio; e a otimização dos recursos da área de Atendimento ao Cliente, com vistas à redução de despesas com comunicação e impressos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são preparadas de acordo com as normas emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, adaptadas aos dispositivos do BACEN e substancialmente apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são:

1 - Da Administração

- (a) **Apuração do Resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência. A taxa de administração, devida pelos participantes dos consórcios, é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas e a taxa de adesão por ocasião da primeira assembleia dos grupos de consórcio.
- (b) **Títulos e Valores Mobiliários** - Contabilizados ao custo ou mercado, dos dois o menor, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- (c) **Imobilizado** - Registrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens (vide nota 5).
- (d) **Diferido** - Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da amortização acumulada calculada linearmente, em conformidade com as taxas descritas na Nota 6.
- (e) **Fundo de Reserva a Liquidar** - Contabilizado pelos valores a serem restituídos aos consorciados nas datas de encerramento dos balanços.
- (f) **Imposto de Renda** - Calculado de acordo com a legislação vigente na data do balanço, sendo a taxa nominal de imposto de renda de 25% sobre o lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões previstas em lei. A Sociedade não constituiu créditos a recuperar sobre prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social acumulada ou provisões temporariamente indedutíveis.
- (g) **Outros Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo** - Os saldos estão classificados no circulante em razão da expectativa de realização ou desembolso no período inferior a um ano e incluem as atualizações monetárias com base na legislação ou cláusula contratual.
- II - Dos Grupos de Consórcios
- (a) **Disponibilidade e Títulos e Valores Mobiliários** - Representam o montante dos recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os

quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária em operações à ordem do BACEN, conforme determina a Circular BACEN nº 2.454/94. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, por ocasião das assembleias mensais, não incidindo sobre os mesmos a taxa de administração.

(b) **Recursos Coletados** - Representam os recursos coletados desde a constituição dos grupos ativos, acrescidos dos rendimentos vinculados. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens, recebida dos participantes dos grupos, é determinado com base no valor do bem e percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos.

As contribuições do Fundo de Reserva destinam-se principalmente a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo, pelo não recebimento de prestações. O referido fundo é constituído na base média de 5% sobre as prestações recebidas e pelos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras destes recursos.

(c) **Recursos Utilizados** - Representam os pagamentos realizados pela Sociedade por conta dos grupos desde suas constituições, inclusive a taxa de administração, decorrentes dos diversos compromissos dos grupos, que são debitados nas subcontas específicas e têm como contrapartida as subcontas do grupo Recursos a Utilizar.

Em 30 de junho de 1999, a taxa média de administração era de 19,68% (16,14% em 31 de dezembro de 1998) sobre a contribuição mensal para aquisição do bem.

(d) **Contas de Compensação** - Representam os valores previstos de arrecadação no mês seguinte e as contribuições e obrigações a serem registradas até o encerramento dos grupos.

(e) **Informações Suplementares** - Os principais dados estatísticos são:

	30/06/99	31/12/98
Grupos administrados	1.865	2.747
Consorticiados ativos	52.537	80.304
Bens entregues a consorciados	41.305	71.385
Pendências de entrega	463	922
Taxa de inadimplência	4,93%	8,94%
Consorticiados desistentes	32.025	52.930

3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 1998, o saldo é composto substancialmente por aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, junto ao Banco Rural S.A.

4. IMÓVEIS DESTINADOS À VENDA

Em março de 1999, a Sociedade adquiriu imóvel da controladora Sharp S.A. Equipamentos Eletrônicos por valor contábil que não difere significativamente de avaliação procedida por peritos. Este imóvel está classificado no realizável a longo prazo por se destinar à venda.

5. IMOBILIZADO LÍQUIDO

	Taxa de depreciação % ao ano	30/06/99	31/12/98
Instalações	10	69	82
Móveis, utensílios	10	222	268
Equipamentos de computação	20	39	59
Veículos	20	12	15
Direitos de uso de linhas telefônicas	-	122	122
<b>Total</b>		<b>464</b>	<b>546</b>

6. DIFERIDO LÍQUIDO

	Taxa de amortização % ao ano	30/06/99	31/12/98
Sistemas aplicativos	20	53	83
Implantação de rede de comunicação	20	619	957
<b>Total</b>		<b>672</b>	<b>1.040</b>

7. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade está sujeita a contingências fiscais, legais, trabalhistas, cíveis e outras. Em bases periódicas a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as possibilidades de eventuais perdas, ajustando a respectiva provisão.

Quando aplicável, são efetuados depósitos judiciais para garantir causas em disputa. Tais depósitos, totalizando R\$464 em 30 de junho de 1999 (R\$479 em 31 de dezembro de 1998) são classificados no realizável a longo prazo.

8. FUNDO DE RESERVA A LIQUIDAR

Representa o direito dos consorciados de grupos encerrados até a data do balanço, remunerado nas mesmas bases das disponibilidades de Grupos. A partir dos grupos encerrados em 28 de julho de 1998, de acordo com a Circular 2.766 do Banco Central do Brasil, a Administradora cobra taxa de permanência sobre o saldo a restituir aos consorciados que não resgatam os valores a receber após 90 dias do comunicado aos mesmos.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Com base nos processos promovidos pela Sociedade, com decisões judiciais transitadas em julgado favoráveis aos seus pleitos, na opinião dos consultores jurídicos (externos e internos), e na jurisprudência dominante nos tribunais, a Administração decidiu reconhecer, em 1998, créditos tributários referentes à contribuição social (R\$ 3.239) e salário educação (R\$5.565), totalizando R\$ 8.804, por entender serem ativos recuperáveis. A parcela referente aos efeitos inflacionários e juros sobre estes créditos, totalizando R\$5.039, foi registrada como receita financeira e o principal teve como contrapartida as respectivas contas de despesa no resultado.

O saldo destes créditos tributários em 30 de junho de 1999 é de R\$3.517 (contribuição social) e R\$5.929 (salário educação), classificados no ativo circulante e realizável a longo prazo, respectivamente. Na data de encerramento do balanço, a Sociedade estava em negociações objetivando a venda por meio de cessão de crédito de tributo federal (de acordo com a legislação aplicável), dos valores relacionados com a contribuição social.

10. CAPITAL SOCIAL

O capital social é representado por 5.150.000 quotas, de valor unitário de R\$1,00. A distribuição dos lucros é efetuada por decisão expressa dos quotistas, na proporção de suas quotas.

11. ADEQUAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES PARA A PASSAGEM DO MILÊNIO

O Consórcio Nacional Sharp atribuiu alta prioridade à adequação de seus sistemas para eliminação dos riscos inerentes à passagem do milênio. Para tanto, foi desenvolvido um projeto de tecnologia, para conversão de todos os sistemas, concluído em junho de 1999.

As informações acima, não foram examinadas pelos auditores independentes.

**Luís Roberto Pogetti**  
Diretor Superintendente

**Tadeu Salustiano de Sena**  
Diretor de Controle

**Oswaldo Novais de Oliveira**  
CRC - 1SP137839/O-8 / CPF 009.739.078-00

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Consorticiados da Sharp Administração de Consórcios S/C Ltda.:

(1) Examinamos os balanços patrimoniais da SHARP ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS S/C LTDA. em 30 de junho de 1999 e 31 de dezembro de 1998, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para os semestres findos naquelas datas, bem como as correspondentes demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 1999 e 31 de dezembro de 1998, e das variações nas disponibilidades de grupos para os semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade da sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreendemos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sharp Administração de Consórcios S/C Ltda. em 30 de junho de 1999 e 31 de dezembro de 1998, e o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos para os semestres findos naquelas datas, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 1999 e 31 de dezembro de 1998, e as variações das disponibilidades de grupos para os semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.

**ARTHUR ANDERSEN**

ARTHUR ANDERSEN S/C  
CRC 25P000123/O-1  
José Vitorio Melhados Trabulsi  
Sócio-Diretor Responsável  
Contador - CRC 1SP073459/O-2

São Paulo, 21 de julho de 1999